

Boletim Número 20

Data: Setembro-Outubro/2003

EDITORIAL

O vigésimo número do Boletim do Programa de Estudos de América Latina e Caribe chega ao público trazendo reflexões muito importantes para os rumos da questão da democracia na região. Conforme os cânones liberais, nesta entrada do século XXI, a América Latina encontra-se povoada por regimes políticos “democráticos”. Tal experiência histórica convive com a pior crise econômica e social da região desde os anos 1930. Tal crise revelou uma enorme fragilidade externa, que propiciou um rebaixamento tanto econômico como político e social no panorama internacional, apontando a necessidade de analisarmos o significado da democracia neste cenário. Para impulsionarmos esse debate apresentamos nessa edição o artigo de Gustavo Henrique Cocentino Ramos, doutorando da Unb, que analisa as “Cicatrizes da Repressão” após trinta anos do assalto a uma emblemática democracia latino-americana.

A ofensiva militar ao palácio La Moneda, em Santiago, em setembro de 1973, lembra o autor, evidentemente não significou apenas tentativa de um grupelho de conspiradores para derrubar Salvador Allende e sua coalizão progressista. A tomada do poder, articulada pelo general Pinochet, visava interromper um embrionário processo de implantação do socialismo pela via democrática e eliminar possibilidade genuína de desenvolvimento autônomo e não alinhado ao capitalismo, uma experiência popular excepcional no continente sul-americano. Mas a insatisfação com a “democracia liberal” que se gestou no continente não cessou. A Bolívia acaba de dar mais uma mostra de esgotamento desse modelo. A recente experiência desse país também é apresentada no presente Boletim, em artigo da Coordenadora e do bolsista pesquisador do PROEALC Matheus Thomaz da Silva, no mesmo buscou-se analisar o verdadeiro combustível da crise boliviana a partir do resgate histórico do significado desse país na América Latina.

A Bolívia não está surpreendendo o mundo em termos de levante popular pela primeira vez. Em 1952, portanto há mais de 50 anos, esse país foi palco da segunda revolução social mais importante da América Latina. Os autores observam ainda que a recente renúncia do presidente desse país, localizado no coração do continente americano, não pode ser considerada um episódio exótico originado pela simples razão de que Sánchez de Lozada desagradou a maioria da população ao aprovar projeto para exportar gás boliviano para os Estados Unidos. Tal razão é de fato pouco plausível para justificar um levante popular tão vigoroso.

A crise que a Bolívia expressa, destacam os mesmos, tem vários combustíveis mas o maior deles é o neoliberalismo. A crise de legitimidade do regime neoliberal imposto em quase toda região, sobretudo no início da década passada, é hoje uma realidade inegável em muitos de nossos países. Os protestos sociais presentes na América Latina não podem ser compreendidos fora deste contexto. Em relação ao Brasil, apresentamos mais uma vez reflexões acerca do MST, com o artigo da bolsista Paula Cristina Nunes de Sá “Reforma Agrária: quando a dívida será paga?”.

Silene de Moraes Freire

Em Foco I

Cicatrizes da Repressão

*Gustavo Henrique Cocetino Ramos**

Após trinta anos do assalto a uma emblemática democracia latino-americana e da instalação de uma das mais perversas ditaduras militares da região, que resultou em mais de três mil mortos e desaparecidos, e durante a qual milhares partiram para exílio diante de ameaças de prisão promovidas por golpistas, os chilenos rejeitam lamentação frívola e persistem resolutos no clamor por justiça. Determinados, ignoram invocações ilusórias para uma suposta reconciliação com um passado de assassinatos e outros atos cruéis que marcaram profundamente a história da nação, permanecendo no imaginário coletivo e memória dos cidadãos.

A ofensiva militar ao palácio La Moneda, em Santiago, em setembro de 1973, evidentemente não significou apenas tentativa de um grupelho de conspiradores para derrubar Salvador Allende e sua coalizão progressista. A tomada do poder, articulada pelo general Augusto Pinochet e com importante apoio do governo norte-americano e simpatia dos dirigentes militares brasileiros, visava interromper um embrionário processo de implantação do socialismo pela via democrática e eliminar possibilidade genuína de desenvolvimento autônomo e não alinhado ao capitalismo, uma experiência popular excepcional no continente sul-americano.

As marcas da repressão permanecem profundas e irreparáveis, enquanto a sociedade prossegue indignada, dividida entre simpatizantes pinochetistas disfarçados ou declarados, cooptados por tradicionais forças conservadoras, e grupos esquerdistas renovados, que travam uma verdadeira batalha nas cortes contra anistia concedida aos militares envolvidos em torturas e execuções. Enquanto a “concertación por la democracia”, coligação de socialistas e democrata-cristãos, reflete nos equívocos da Unidade Popular, a propaganda sobre o desenvolvimento econômico conquistado nos anos da ditadura persiste como bandeira ativa dos partidos de direita.

Vários anos após o início de uma transição gradual e negociada para a democracia, manifestações ainda ocorrem nas ruas do país, lembrando os tempos de chumbo do governo militar, quando tanques de dispersão das forças armadas e carabineiros, munidos de bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo, entravam em ação para conter os descontentes. Os anos se passaram e as famílias dos mortos e desaparecidos não abandonaram as reivindicações de reconhecimento da verdade.

Durante breve período de estudos realizados há cinco anos, na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso) do Chile, instituição idealizada pela Nações Unidas e conhecida pelas posições então marxistas de seus colaboradores – com destaque ao economista e atual presidente Ricardo Lagos, ao sociólogo Enzo Falleto, além dos intelectuais exilados Fernando Henrique Cardoso e Vilmar Faria – tive a oportunidade de observar, em discussões políticas, incômodo constante com um processo de reconciliação sem punição. Em recente retorno a Santiago, por ocasião do Congresso Internacional de Americanistas, pude novamente constatar, em debates acadêmicos e conversas nas ruas, um evidente saudosismo allendista de classes politizadas, a persistência dos sonhos socialistas nos círculos universitários e a todavia patente divisão ideológica e perturbação de significativa parcela da sociedade com as cicatrizes e feridas ainda abertas da repressão militar.

É diante da experiência chilena de redemocratização inacabada que se deve questionar a transição democrática brasileira, dada como encerrada sem que se realizasse julgamento de criminosos. Enquanto apenas agora o governo brasileiro libera os arquivos do Exército para esclarecer as ações contra os guerrilheiros do Araguaia, as investigações sobre as violações aos direitos humanos no Chile encontram-se em estágio avançado. Do mesmo modo, a prisão recente de antigos repressores na Argentina, que serão extraditados para a Europa, onde enfrentarão as cortes, é exemplo de busca expedita da verdade. Reconciliar é, portanto, uma necessidade, desde que não se ouse ignorar ou extirpar as atrocidades cometidas das páginas da história, assim livrando os culpados de suas merecidas punições.

Como destacado na interpretação poética de Violeta Parra, cantora folclorista chilena, insígnia da latino-americanidade: “cambia, todo cambia, pero no cambia mi amor, por más lejos que me encuentre, ni el recuerdo, ni el dolor, de mi pueblo y de mi gente”. Que se celebrem as inevitáveis e boas mudanças do presente, recitando sempre “gracias a la vida”, mas que não se intente falsificar ou esquecer os fatos dolorosos do passado, para que aqueles atos desumanos contra um povo não venham a ser reproduzidos no futuro. (publicado no jornal “Diário de Natal”, Ponto de Vista, 26 de setembro de 2003, p.2)

* Doutorando em Estudos da América Latina na Universidade de Brasília.

Espaço Aberto

O Combustível Neoliberal da Crise Boliviana

*Silene de Moraes Freire**

Embora poucos saibam pois não aprendemos na escola, a Bolívia não está surpreendendo o mundo em termos de levante popular pela primeira vez. Em 1952, portanto há mais de 50 anos, esse país foi palco da segunda revolução social mais importante da América Latina (a primeira foi no México em 1910). Embora essa revolução tenha provocado a maior comoção social dos Andes e repercussões em todo o continente parece ter se tornado uma “revolução esquecida”. A história parece ter apagado da memória que durante três dias e três noites de combates nas encostas de La Paz 1000 pessoas morreram em combate. Durante a revolução milícias operárias constituídas de mineiros, invadiram quartéis, transformaram bananas de dinamites, usadas na mineração em armas, tornaram os policiais parceiros e derrotaram o exército. O ano de 1952, com presença na linha de frente da Central Operária Boliviana (COB), marcou expressivamente um duplo objetivo: nacionalização das minas e reforma agrária.

Os caminhos da Bolívia a partir de então revelam que o Movimento Nacional Revolucionário (MNR) e seu candidato presidencial, Paz Estenssoro, ao assumirem o poder à força, depois de ganhar eleições, com um discurso fortemente nacionalista, promoveu uma “restauração” do país que foi cercada de amplos equívocos, e não conseguiu apontar saídas concretas para as demandas postas pelos trabalhadores bolivianos. A “restauração”, no entanto, não cessou. Num segundo mandato, entre 1960 e 1964, o mesmo Estenssoro “reabilitou” o Exército e terminou vítima de uma nova geração de generais. A “restauração” promoveu uma espécie de associação de generais com máfias de drogas, e, em 1985, Estenssoro iniciou uma terceira Presidência. Nesse contexto, como veremos a seguir surgiu Sánchez de Lozada e as “saídas” neoliberais para a crise boliviana.

Hoje, no século XXI, o ano de 2003 parece marcar mais uma vez a história da Bolívia. Depois de conturbados 14 meses de mandato, quando mais de 120 pessoas morreram em violentos protestos, Gonzalo Sánchez de Lozada não resistiu e anunciou sua renúncia como presidente da Bolívia em 17 de outubro. A renúncia do presidente desse país, localizado no coração do continente americano, não pode ser considerada um episódio exótico originado pela simples razão de que Sánchez de Lozada desagradou a maioria da população ao aprovar projeto para exportar gás boliviano para os Estados Unidos via Chile, país odiado pelos bolivianos desde que a Bolívia perdeu para o mesmo sua saída para o mar, na Guerra do Pacífico (1879-83). Tal razão é de fato pouco plausível para justificar um levante popular tão vigoroso. A crise que a Bolívia expressa tem vários combustíveis mas o maior deles é o neoliberalismo.

A América Latina foi o berço e o laboratório de experiências do neoliberalismo, não apenas devido ao reconhecido pioneirismo do Chile de Pinochet, que forneceu aos economistas da Escola de Chicago as condições políticas para a experimentação de suas propostas de abertura econômica e de desregulamentação. Foi na Bolívia que o combate à inflação – pedra de toque da construção do modelo hegemônico neoliberal- primeiramente pôde testar os modelos de estabilidade monetária que posteriormente foram exportados para países do Leste europeu. Não podemos esquecer que Sánchez de Lozada ocupou o Ministério das Finanças e dedicou-se exaustivamente a implementação do neoliberalismo fazendo com que a inflação tivesse uma queda do patamar de 25.000% a 10% ao ano. A eficácia imediata dos combates à inflação ganharam grande aceitação e fortaleceram às políticas neoliberais de desregulação. Os argumentos do “imposto inflacionário” legitimaram os ataques aos gastos do Estado, cujo déficit seria a fonte de inflação.

Isso conferiu um capital político capaz de eleger vários governos que deram continuidade às políticas do FMI – incluídos o do ex guerrilheiro Paz Zamora e do ex-ditador Hugo Banzer na Bolívia. Ainda no período de lua-de-mel com o neoliberalismo, Lozada, que liquidou a economia mineira boliviana para combater a inflação, se elegeu presidente pela primeira vez, em 1993, como candidato do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Seu retorno à Presidência ocorreu ano passado, quando o modelo já estava esgotado e, em toda a América Latina, os remédios neoliberais de combate à inflação já apresentavam uma profunda e extensa ressaca, com efeitos colaterais generalizados. Em seu retorno à Presidência Sánchez de Lozada (um dos

poucos milionários da Bolívia, com sotaque abertamente gringo, fruto de longa estada acadêmica nos EUA) foi ao segundo turno contra o líder camponês Evo Morales, do Movimento ao Socialismo (MAS). Morales foi derrotado no Parlamento. Assim, em 2002, depois de não ter conseguido a maioria absoluta no voto popular, Sánchez de Lozada foi eleito pelo Congresso. Nessa “democracia” que o elegeu sem legitimidade popular já estava incubado o fracasso do seu governo. Os violentos acontecimentos que desde o início marcaram o governo de Sánchez de Lozada evidenciam como sociedades extremamente extenuadas pela elevação brutal dos níveis de exploração e expropriação de direitos não suportam mais um novo ciclo de ajustes recessivos.

Como em quase toda a América Latina, o ritmo de expansão na Bolívia estancou no final dos anos 90. A partir daí, o nível de crescimento da economia mal cobre o crescimento populacional desse país que é um dos mais pobres da região, cujo fardo da miséria recai principalmente sobre os 60% dessa população que são os indígenas. O que está em questão no movimento que explodiu a Bolívia não é o gás, é na verdade, a insatisfação com as perversas condições de vida agravadas pelas políticas neoliberais. É o processo de privatização das estatais bolivianas.

O movimento atual combinou a força acumulada pelo movimento camponês na resistência à política dos EUA de fumigação das plantações de coca, na luta contra a privatização da água, que tem no líder indígena Felipe Quisque seu principal dirigente, mais a força da Central Operária Boliviana (COB) e do MAS, que tem em Evo Morales, sua maior liderança. Esse movimento, iniciado pela oposição à venda do gás boliviano para os EUA, via Chile, direcionou o descontentamento popular que já havia se apresentado no segundo semestre do ano passado e no começo deste em mobilizações reprimidas violentamente pelo governo. O movimento em realidade opôs-se aos resultados da administração neoliberal e genocida do governo de Sánchez de Lozada e da pressão imperial e guerrista dos Estados Unidos, na busca da construção de um sistema democrático que permita que as grandes majorias do país – indígenas, camponesas e operárias – assumam os destinos da Bolívia. Tudo confirma que a experiência boliviana tornou-se exemplar para a América Latina e sua esquerda. A direção que assumirá a história latino-americana no novo século aponta cada vez mais sua rejeição ao neoliberalismo.

Portanto, o maior desafio de toda esquerda latino-americana hoje é criar estratégias capazes de superar as políticas neoliberais, apontando na direção de uma sociedade que ultrapasse as mazelas que o povo vem enfrentando ao longo dos séculos. Nestes tempos difíceis em que os níveis de pobreza crescem de forma assustadora, onde a frieza do mercado ignora o indigente faminto, e os governos da América Latina aprofundam cada vez mais os ajustes fiscais, causando ainda maiores desajustes sociais nos seus regimes “democráticos”, é importante perceber que um país como a Bolívia que expressa a cruel seqüela da pobreza no continente, conseguiu derrubar o governo de Goni, que entrou para história por ter intensificado ainda mais a exploração, remetendo quase que ao período colonial.

Num contexto em que a insensibilidade do capital traz a cena à insensatez das armas, sob a bandeira de combate ao terrorismo, em que se criminaliza aqueles que lutam por direitos sociais ou por sua própria liberdade, o povo boliviano dá um exemplo de resistência ao ir para as ruas contra a entrega do gás natural. É importante lembrar que mesmo sob forte repressão, permaneceram mobilizados até a renúncia de Sánchez de Lozada. Assim como na Argentina, no Equador e em praticamente toda a América Latina, as massas mobilizadas dizem não ao modelo neoliberal.

Porém, é preciso lembrar que a saída boliviana se dá nos marcos da democracia liberal. Assim, também é preciso superá-la. As massas bolivianas (indígenas, camponesas e operárias), uma vez mobilizadas, precisam permanecer assim e aprofundar a guerra de posição, que colocaria em questão o próprio poder de Estado, sem ferir a “democracia”, a qual George W. Bush se tornou o grande “protetor”, se achando no direito de, inclusive, intervir nas nações de forma política e até mesmo militar.

Como a história segue muitas vezes se repetindo, cabe aos povos oprimidos de toda a América Latina buscarem o protagonismo de suas próprias histórias, fazendo da esperança o combustível das lutas. Para isso faz-se necessário que a coragem seja a maior de todas as armas, pois como disse Marx, “não temos nada a perder, a não ser os grilhões que nos prendem”.

* Professora Adjunto da Faculdade de Serviço Social e coordenadora do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC) do Centro de Ciências Sociais da UERJ.

Reforma Agrária: quando a dívida será paga?

*Paula Cristina Nunes de Sá**

Somos acostumados a refletir a emergência como um fato surgido a partir de fenômenos naturais, as catástrofes, e pouco compreendemos o seu significado quando se refere à emergência social, onde as vítimas precisam do apoio de outros para sobreviver ou melhorar o estado de vida que se encontram.

Analisando a recente pesquisa divulgada pelo IBGE, Estatísticas do Século XX, o Brasil continua concentrador de renda e terra repercutindo nas desigualdades que conhecemos derivadas do passado colonial e escravista. O país possui uma grande extensão de terras cultiváveis e devido a fatores do passado, as mesmas nunca saíram da elite brasileira. Entre esses fatores estão a primeira lei de terras (1850) e a própria escravidão, que não permitiu o acesso à terra aos menos favorecidos, principalmente os negros, que ficaram sem a possibilidade de comprá-la, sendo obrigados a continuar trabalhando nas fazendas dos senhores. Porém nem todos concordaram com essa situação, surgindo os primeiros trabalhadores rurais sem-terra, que se organizaram em diversos movimentos desde então, e começaram a cobrar seus direitos, ou seja, ter seu pedaço de terra.

Como foi supracitado, a luta pela terra não é recente, num país que nunca realizou uma reforma agrária, diferente de todos os outros países do planeta incluindo os Estados Unidos, onde 44% das terras cultiváveis pertencem a apenas 1% dos proprietários rurais. A Reforma Agrária tem por objetivo desapropriar terras consideradas improdutivas e dividi-las em lotes para assentamentos, mediante pagamento de indenização ao antigo proprietário da terra. É um caminho para a inclusão na cidadania e no processo produtivo de milhões de deserdados da terra. Devido à relevância e complexidade do tema, alguns intelectuais, como Bergamasco, discutiram no último Congresso Brasileiro de Sociologia a experiência dos assentamentos e as conseqüências que estes vêm fazendo. A pesquisa foi realizada no estado de São Paulo e seu maior assentamento é na Fazenda Reunidas com 637 famílias.

Algumas mudanças internas como emprego, renda, poder de compra, alimentação, segurança podem ser entendidas como conseqüência do mesmo, enquanto o aumento do fluxo financeiro (crédito), estrutura agrária, instituições comerciais podem ser identificados como impactos externos do assentamento. A pesquisa mostra também que apesar dessa diversidade ainda há precariedade de políticas por parte do estado de São Paulo; existe um grande esquema burocrático que prejudica na implementação da utilização de recursos. Outro ponto importante é que os índices vêm mostrando um arrefecimento do rural/urbano, uma tendência à reversão. Hoje, há população urbana vivendo em assentamentos e com isso a existência de conflitos internos devido à diferença de tradições, cultura, origem, entre outros. E que apesar de algumas debilidades, os assentamentos têm se mostrado uma política de geração de empregos, uma possibilidade de oferecer condições (pelo menos mínima) para a sobrevivência.

Em entrevista recente, o Ministro de Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, disse que o governo se propõe a implantar um novo modelo de desenvolvimento sustentável para o país, capaz de diminuir as imensas desigualdades sociais e econômicas que retratam uma Nação com alto padrão de concentração de renda, da propriedade e de tantos outros pontos fundamentais para o exercício pleno da cidadania. Acrescentou ainda que um levantamento feito pelo Incra aponta que, das mais de 500 mil famílias assentadas entre 1995 e 2002, 90% não têm abastecimento de água, 80% não possuem energia elétrica e acesso a estradas, 57% não tiveram disponibilizado o crédito para habitação e 53% não receberam qualquer tipo de assistência técnica. Para o governo é preciso assegurar as condições necessárias para a produção e auto-sustentabilidade dos assentamentos, este é o objetivo prioritário.

Representando o Movimento dos Sem-Terra, como membro da coordenação nacional do movimento, João Paulo Rodrigues Chaves acredita na implementação da Reforma Agrária e a certeza de que existe um compromisso histórico de Lula e do Partido dos Trabalhadores de realizar transformações sociais. Porém, afirma não estar satisfeito com o primeiro semestre do governo por se mostrar um modelo continuista de Fernando Henrique Cardoso. Afirmando que a posição do MST é aguardar para que até o final do ano o presidente mostre uma política de mudança. Chaves enfatiza a crescente "milatrização" dos latifundiários refletindo em massacres, violência e conflitos no campo. Até setembro deste ano já foram assassinados 15 dirigentes sociais.

No que se refere à questão agrária, o governo já em décimo mês não possui um projeto de reforma. O único programa até então implementado foi o Plano Safra, plano de apoio à produção agrícola familiar. Mesmo com a popularidade de Lula, apesar de estar diminuindo, antes e depois da eleição, ele e toda a equipe que comanda o governo não permitiram que a influência popular positiva fosse canalizada para respaldar uma outra forma de fazer política, voltada para a transformação do Brasil. Ainda assim, este governo desperta as esperanças e possibilidades de mudanças desejadas pelos trabalhadores, por acreditarem que um presidente vindo do povo é a chance mais próxima e real para a resposta de seus anseios. Talvez, esse também seja o motivo de maiores expectativas e cobranças, entretanto, ainda persiste a agenda anterior, com propostas que não garantem o fomento de uma política de desenvolvimento econômico e social.

*A autora é Graduada da FSS, bolsista de Extensão do PROEALC

Agenda Acadêmica

• Seminário Universidade e Profissões de Saúde, promovido pela Faculdade de Serviço Social (FSS) - 22 de outubro de 2003. Horário: 16:00h às 19:00h na UERJ, no Auditório A, 9o andar, Bloco D do Pavilhão João Lyra Filho. As inscrições deverão ser feitas antecipadamente no local ou por e-mail: informa_saude@ig.com.br. Informações: 2587-7490.

• IV Congreso Europeo CEISAL de Latinoamericanistas “Desafíos Sociales en América Latina en el Siglo XXI” - 4 a 7 de julio de 2004, Bratislava. Inscrições dos resumos das ponências: de 30 de outubro até 31 de diciembre de 2003.

Simposio “Integración, Democracia y Exclusión Social en América Latina”

La elección de la temática se justifica en discutir articulada las alternativas e impactos políticos y sociales de las formas de integración latinoamericana en un mundo cada vez más globalizado, marcado por la desigualdad social y de desarrollo.

Los avances de la globalización son acelerados en el plano de la economía y la mercantilización creciente de todos los aspectos de la vida social, sin embargo, sus impactos sobre el desempeño de los estados nacionales y las sociedades han planteado desafíos cada vez mayores para mantener la integración social.

Desde el punto de vista político no sólo los estados nacionales han visto retaceado sus márgenes de acción, sino también la posibilidades de los Estados de Bienestar en crisis de asegurar los derechos sociales básicos para el ejercicio de una ciudadanía plena y una democracia consolidada. Los procesos de democratización reciente en América Latina ven pues jaqueados sus posibilidades de integración política entre la valorización de las instituciones y libertades públicas y las dificultades de afianzar una ciudadanía ampliada.

Esto nos lleva al desafío de la integración y la inclusión social como un imperativo cada vez más crucial en un contexto regional de fuerte desigualdad y fragmentación de las sociedades.

La problemática de la integración regional, justamente sintetiza al mismo tiempo, las presiones de una economía mundial cada vez más competitiva y desigual, con la necesidad de formular alternativas de modelos de integración regional que incorporen en pie de igualdad el establecimiento de mecanismos de integración social en un contexto latinoamericano de exclusión social y fragmentación política.

El énfasis del Simposio se orienta a debatir tres ejes de suma relevancia social y fuertemente vinculados:

- 1) Modelos alternativos de integración latinoamericana: MERCOSUR, ALCA y UNION EUROPEA;
- 2) La cuestión democrática en latinoamérica. Nuevos y viejos sujetos políticos. La construcción de la ciudadanía, la educación y los derechos humanos.
- 3) Exclusión social, nuevas formas de movilización colectiva y conflictos sociales en América Latina.

El simposio cuenta con el auspicio de la Asociación de Universidades Grupo Montevideo que es un red de universidades públicas de los países de Argentina, Brasil, Chile, Paraguay, Uruguay para el fomento de la integración académica regional

Expediente**Reitor**

Profª Nilcéia Freire

Vice-reitor

Profº Celso Pereira de Sá

Sub-reitor de Graduação

Profº Dr. Isac José Vasconcellos

Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa

Profª Dra. Maria Andréa Loyola

Sub-reitor de Extensão e Cultura

Profº Dr. André Lázaro

Diretora do Centro de Ciências Sociais

Profª Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves

Coordenadora do PROEALC

Profª Dra. Silene de Moraes Freire

Editora Responsável

Profª Dra. Silene de Moraes Freire

Assistente Editorial

Bruno Jorge de Oliveira Pedreira

(PROEALC/CCS/UERJ)

Rosane Rezende de Lima (PROEALC/CCS/UERJ)

Coordenação de Produção

Aline Silveira de Assis (PROEALC/FSS/UERJ)

Bruno Jorge de Oliveira Pedreira

(PROEALC/CCS/UERJ)

Douglas Ribeiro Barboza (PROEALC/FSS/UERJ)

Colaboradores

Paula Cristina Nunes de Sá (PROEALC/FSS/UERJ)

Projeto Gráfico

Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)

Diagramação

Bruno Jorge de Oliveira Pedreira

(PROEALC/CCS/UERJ)

Revisão

Bruno Jorge de Oliveira Pedreira

(PROEALC/CCS/UERJ)